



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE PORTO ALEGRE

Dra. Denise Grosso da Fonseca

Professora da Escola de Educação Física - UFRGS

RESUMO

A Educação Física, ao longo do tempo assumiu modos de ação caracterizados por diferentes abordagens exaustivamente estudados a partir da década de 1980. Compreender as características das distintas concepções, bem como os pressupostos que as sustentam, tem sido objeto de inúmeras pesquisas. Entretanto, apesar dos avanços nas pesquisas e publicações que elevaram o status acadêmico-científico da área, pouco se vislumbra quanto ao efetivo resultado desse processo na qualificação da prática vivenciada nas escolas. O presente projeto se propõe a investigar as implicações das políticas públicas na prática pedagógica dos professores de Educação Física em escolas públicas estaduais da cidade de Porto Alegre, verificar a existência de processos de educação continuada nas escolas, bem como compreender a visão dos professores Unidocentes a cerca da Educação Física.

Palavras chave: Educação Física. Prática Pedagógica. Políticas Públicas.

POLICIES OF TEACHER EDUCATION: IMPLICATIONS FOR TEACHING PRACTICE OF PHYSICAL EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS STATE OF PORTO ALEGRE

ABSTRACT

The Physical Education, over time assumed mode of action characterized by different approaches exhaustively studied from the 1980s. Understand the characteristics of the different concepts and assumptions that underpin them, have been the subject of numerous studies. However, although of the advances in research and publications that have raised the status of academic-scientific field, one sees little about the actual outcome of this process in the qualification of experienced practice in schools. This project proposes to investigate the implications of public policies in the pedagogical practice of teachers of Physical Education in public schools from Porto Alegre, verify the presence of continuing education in schools, as well as understanding the view of the Single Teachers about Physical Education.

Key Words: Physical Education. Pedagogic Practice. Publics Politics.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

POLÍTICAS DE FORMACIÓN DE PROFESORES: IMPLICACIONES EN LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA DE LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS ESTATALES DE PORTO ALEGRE

RESUMEN

La Educación Física, a lo largo del tiempo ha asumido modos de acción caracterizados por distintos enfoques estudiados exhaustivamente desde la década de 1980. Comprender las características de los diferentes conceptos y supuestos que las sustentan, han sido objeto de numerosos estudios. Sin embargo, a pesar de los avances en las investigaciones y en las publicaciones que han elevado el nivel académico-científico del campo, se ve muy poco sobre el resultado real de este proceso en la calificación de la práctica en las escuelas. Este proyecto se propone investigar las consecuencias de las políticas públicas en la práctica pedagógica de los profesores de educación física en las escuelas públicas de Porto Alegre, verificar los procesos de educación continua en las escuelas, así como comprender la visión de los profesores Unidocentes sobre la Educación Física.

Palabras clave: Educación Física. Práctica Pedagógica. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Muitos debates tem sido feitos, muitas publicações tem colocado em pauta diversos aspectos que perpassam o Ensino da Educação Física na escola. Questões legais, paradigmáticas, epistemológicas, pedagógicas e didáticas tem ajudado a constituir um conjunto de pressupostos que dão sustentação aos modos de ver e fazer a docência desse componente curricular da Educação Básica, subsidiando os modelos pedagógicos presentes nos pátios, salas, quadras e ginásios das escolas.

Ao longo do tempo a Educação Física tomou formas e contornos de diferentes tendências e abordagens exaustivamente estudadas a partir da década de 1980. Nestes estudos destacam-se Ghiraldelli (1988), que faz um resgate desde o período anterior a 1930, até o período pós 1964, identificando seis tendências: Higienista, Militarista, Pedagogicista, Competitivista, Popular e Crítico Social dos Conteúdos. Darido e Sanches Neto(2005) recuperam o processo histórico a partir do final da década de 1970, indicando sete abordagens, quais sejam: Psicomotricidade, Desenvolvimentista, Construtivista-interacionista, Crítico-superadora, Crítico-emancipatória, Saúde Renovada e Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs. Tais estudos, acompanhados de outros relacionados, destacadamente, à sociologia e antropologia, revelam a trajetória da Educação Física, no sentido de sua legitimação pedagógica e teórico-reflexiva.

Entretanto, apesar dos avanços nas pesquisas e publicações que elevaram o *status* acadêmico-científico da área, pouco se vislumbra quanto ao efetivo resultado desse processo na qualificação da prática vivenciada nas escolas. Observações pessoais, como supervisora de estágio, relatos de alunos a partir de tarefas acadêmicas, comentários de professores, colegas de Práticas Pedagógicas, bem como estudos de pesquisadores, tem trazido para debate a crise instalada, sob diferentes aspectos. Conteúdos¹, modos de legitimação pedagógica², dentre tantos outros, revelam o descompasso entre o que está presente no discurso e reflexões acadêmicas e a realidade vivida no campo de atuação, nos últimos anos.

Nesse cenário, a existência de propostas curriculares emanadas dos poderes públicos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), já mencionados, e os Referenciais Curriculares (2009), respectivamente em nível nacional e estadual, trazem para o conjunto das escolas e professores, orientações que visam superar problemas históricos do ponto de vista pedagógico.

REVISITANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998) se propõem a respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Buscam traçar uma proposta que oriente o trabalho educativo, nas escolas, sem impor quaisquer formas de aplicação.

No âmbito da Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ressignificar o trabalho, de uma visão apenas biológica, para uma prática que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos.

Os PCNs se sustentam em três princípios: da Inclusão, da diversidade e das categorias de conteúdos.

O princípio da inclusão se preocupa em reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do rendimento. Pretende democratizar os espaços e tempos da aula, como direito do aluno a usufruir da cultura corporal de movimento.

O princípio da diversidade visa a ampliar as relações entre os conhecimentos da cultura corporal de movimento e os sujeitos da aprendizagem, buscando legitimar as diversas possibilidades de aprendizagem que se estabelecem com a consideração das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais dos alunos.

Os conteúdos são apresentados de acordo com as dimensões conceitual, relacionada ao estudo de fatos, conceitos e princípios, atitudinal relacionada a normas, valores e atitudes e procedimental

¹ Dissertação de Mestrado de Nascimento (2006), intitulada: “Uni-Duni-Tê: professores selecionando conteúdos escolares em uma crise da Educação Física.” <http://www.ufjf.br/ppge/dissertacoes-e-teses/2006/uni-duni-te-professores-selecionando-conteudos-escolares-em-uma-crise-da-educacao-fisica/Acesso> em 05/01/2010.

² GONZÁLEZ E FERSTENSEIFER. Entre o “não mais” e o “ainda não”; pensando saídas do não lugar da EF Escolar I. Artigo publicado nos cadernos de Formação RBCE 2009.

ligada ao fazer. Segundo o documento, na Educação Física há uma proximidade entre os conteúdos atitudinais e procedimentais na medida em que “o objeto central da cultura corporal de movimento gira em torno do fazer, do compreender e do sentir o corpo.” (p.19) Estão organizados em três blocos quais sejam: Esportes, jogos, lutas e ginásticas; Atividades Rítmicas e expressivas e Conhecimentos sobre o corpo. Também buscam uma abordagem transdisciplinar, através dos Temas Transversais.

Muitos autores colocam em debate as ideias e diretrizes ali propostas. Moreira (1996), estudioso de currículo, discute a implantação de projetos curriculares nacionais fazendo diversas críticas ao documento. Um dos aspectos apontados se refere ao caráter multiculturalista da proposta, que exigiria um contexto democrático para sua efetiva implantação, realidade que considerou inexistente desde sua elaboração. Conclui a análise confessando sua descrença em mudanças substantivas a partir dos PCNs,

Por outro lado. Rodrigues (2002) discute a gênese, o sentido e os desdobramentos dos PCNs, na Educação Física escolar brasileira, a partir da análise de conteúdos de alguns documentos, indicando aspectos que fragilizam a proposta a partir de uma leitura socio-histórica. Entretanto, manifesta sua crença de que os PCNs possam ser utilizados como ponto de partida para a superação de uma postura acrítica que contemple a reflexão entre os conhecimentos produzidos historicamente e as contradições da realidade social.

O Referencial Curricular, integrante das Lições do Rio Grande, publicado em 2009, foi implantado a partir daquele ano nas escolas públicas estaduais. O documento foi concebido como um desafio, para melhorar a qualidade da educação no estado. Nessa perspectiva refere que a qualidade está sujeita a tomada de diversas medidas, dentre as quais, a elaboração e implantação dos Referenciais Curriculares para as escolas estaduais gaúchas os quais incidem “sobre o que é nuclear na instituição escola: o que se quer que os alunos aprendam e o que e como ensinar para que essas aprendizagens aconteçam plenamente.”(p.11)

Os Referenciais Curriculares se apoiam nos seguintes princípios:

a) *importância da aprendizagem de quem ensina*, onde destaca que quem mais precisa aprender é o professor. Nesse sentido o documento demarca não só o que o professor vai ensinar, mas também o que ele precisa conhecer para qualificar o ensino.

b) *aprendizagem como processo coletivo*, que valoriza o caráter coletivo da aprendizagem de quem ensina. Reforça a importância do trabalho em equipe como importante alternativa para o sucesso profissional na docência.

c) *as competências como referência*, indicando o entendimento das competências como organizadores dos conteúdos curriculares propostos para as escolas públicas.

A par das intenções declaradas, cujas finalidades explicitam a preocupação com a qualidade da educação nacional e estadual, as duas propostas emergem de governos neoliberais, (Fernando Henrique Cardoso e Yeda Crusius) cuja ideologia se sustenta em fundamentos sociais mínimos. Por outro lado iniciou-se em 2011 uma nova gestão no estado do RGS, através do governo Tarso Genro, que poderá trazer novas propostas para a educação estadual.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Complementando as questões enunciadas, outro aspecto tem sido ponto de reflexão e indagações quando se trata de discutir a Educação Física no Ensino Fundamental: a prática desse componente curricular nos anos iniciais, com a presença do professor unidocente.

UNIDOCÊNCIA E EDUCAÇÃO FÍSICA

A Unidocência, no estado do Rio Grande do Sul é uma terminologia utilizada para designar a presença de um docente, ou um único professor para ministrar aulas de todos os componentes curriculares nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Assim o Plano de Carreira do Magistério Público estadual, prevê uma gratificação salarial, entendida como um direito vinculado a não existência de professor especializado em nenhuma disciplina do currículo.

Não desconhecemos que esse tema tem sido muito discutido e temos acompanhado pesquisas na área que buscam compreender melhor as controvérsias que perpassam a realidade das escolas. A Unidocência até então entendida como uma relação professor-aluno no âmbito dos anos iniciais, ganha outra conotação: gratificação salarial, constituindo um cenário em que a Educação Física nas escolas públicas estaduais não tem a presença do professor especializado.

Temos, na realidade, a precarização desse componente curricular, que, à mercê dos dispositivos pedagógicos, administrativos e legais, existe “de direito”, mas na prática pouco tem oferecido como elemento educativo na formação infantil, sonhando às crianças um importante aspecto do seu desenvolvimento.

Assim, diante dos documentos oficiais que apresentam diretrizes com o propósito de qualificar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas, o presente projeto nos instiga a indagar: -Quais as implicações das políticas públicas na prática pedagógica da Educação Física na rede estadual de ensino?

Deste questionamento emergem os objetivos de compreender as implicações das políticas públicas de formação de professores, na prática pedagógica da Educação Física, nos diferentes níveis de escolaridade, na rede estadual de ensino; verificar as possibilidades de avanço na prática pedagógica dos professores de Educação Física decorrentes da implantação das políticas educacionais; verificar a existência de processos de educação continuada nas escolas, mobilizados ou não, pelas propostas em questão e compreender a visão dos professores unidocentes a cerca da Educação Física.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia central utilizada na pesquisa é de natureza qualitativa através de Estudo de caso, a ser desenvolvido em uma escola pública estadual que contenha os três níveis de escolaridade da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. O estudo de caso, como lembra Kresburg Molina, (1999), “não é em si uma eleição metodológica; é, sobretudo, a eleição de um objeto a estudar (p.95)”. Para a autora o estudo de caso qualitativo pode ser entendido como um processo de análise e descrição de algum fenômeno de forma complexa e compreensiva, num

determinado espaço de tempo.

Para Molina Neto (1999), não existe uma conceituação única para a pesquisa qualitativa. Caracteriza-se por uma série de procedimentos hermenêuticos que se propõem a descrever e interpretar as representações e os significados que determinado grupo social dá à sua experiência cotidiana.

Minayo (2000) entende que as metodologias de pesquisa qualitativa são entendidas como

aquelas capazes de incorporar a questão do *significado* e da *intencionalidade* como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (p.10).

Para esta autora o objeto de estudos das ciências sociais é essencialmente qualitativo, constituindo-se em fenômeno complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

A coleta de dados será realizada através de entrevistas semi-estruturadas, individuais, com professores de Educação Física, de 5ª a 8ª série (um professor), de Ensino Médio (um professor) e professores unidocentes da Educação Infantil (duas professoras) e das séries iniciais do Ensino Fundamental (duas professoras) da Escola Estadual Presidente Roosevelt de Porto Alegre. A escolha dessa escola se deve a sua tipologia, que contempla os níveis de escolaridade propostos para a investigação.

Serão desenvolvidas observações em aulas, em reuniões pedagógicas e conselhos de classe. Para Marconi e Lakatos (2001), a observação nada mais é do que a utilização dos sentidos para conseguir a apreensão do conhecimento necessário do que se busca. Permite que os fatos sejam percebidos diretamente. Para Negrine, (1999), a observação é um importante instrumento na pesquisa qualitativa. Deve ser realizada a partir de pautas de observação, e de forma que a descrição dos fatos observados seja o mais descontaminada possível de qualquer juízo de valor.

Também será utilizada análise de documentos, representados pelo Projeto Pedagógico da Escola e pelos Planos de Ensino dos professores que participarem da entrevista e de documentos que integrem as políticas de Formação de Professores. Para Alves-Mazzotti (1999), documento é qualquer tipo de registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, sobre princípios e normas que regem o comportamento de um grupo, devendo ser interpretados à luz dos referenciais que orientam cada instituição.

A análise e interpretação dos dados deverá ocorrer na perspectiva da análise de conteúdos. Nesse sentido, serão utilizados como procedimentos metodológicos, a categorização, a inferência, a descrição e a interpretação, próprios dessa técnica de pesquisa. De acordo com Minayo (2008), esses procedimentos não ocorrem necessariamente de forma sequencial.

A partir da questão que problematizou esta investigação, qual seja a constatação sobre o descompasso entre o nível de discussão teórica atingido pela área e o nível da prática vivenciada nas aulas de Educação Física nas escolas, este estudo pode trazer elementos que ajudem a buscar alternativas de intervenção, para superar tal realidade.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judit. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física 1º e 2º ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *Educação Física Progressista: a Pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1988.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FERSTENSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”; pensando saídas do não lugar da EF Escolar. *Cadernos de Formação, RBCE*. v.1, n.1, 2009.

KREUSBURG MOLINA, R. M. O enfoque teórico metodológico e o estudo de caso: uma reflexão introdutória, in MOLINA NETO, V. e TRIVIÑOS, A. *A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS e Sulina, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e GOMES, Suely Ferreira. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2008.

MOLINA NETO, V.(1999). Etnografia: uma opção metodológica para alguns problemas de investigação no âmbito da Educação Física in MOLINA NETO, V. e TRIVIÑOS, A. *A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS e Sulina, 1999.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Os parâmetros Curriculares em questão. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v.1, n.1, Jan/Jun.1996.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

NASCIMENTO, Marco César Pereira. *Uni-Duni-Tê: professores selecionando conteúdos escolares em uma crise da Educação Física*. 2006. 86f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro. Gênese e sentido dos Parâmetros Curriculares Nacionais e seus desdobramentos na Educação Física Escolar Brasileira. Campinas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v. 23.n.2. 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. *Referencial de Currículo*. Vol. 2. Porto Alegre: SE. 2009.

